

SUMÁRIO



Diplomata

Terceiro-Secretário

LÍNGUA PORTUGUESA

Língua portuguesa: Modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil; níveis de linguagem; variação linguística; vícios de linguagem e estilo: Ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada	1
Sistema gráfico: Ortografia	9
Acentuação	13
Pontuação	16
Legibilidade	20
Morfossintaxe	23
Semântica; denotação e conotação; Vocabulário	26
Leitura e produção de textos; estrutura textual	34
Conhecimentos de linguística, literatura e estilística: Funções da linguagem	42
Gêneros e estilos textuais	45
Compreensão, interpretação e análise crítica de textos escritos em língua portuguesa ; Textos literários e não literários	54
Figuras de linguagem	60
Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual; Consistência argumentativa; Progressão temática e referencial; Coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical	65
Defeitos de conteúdo: Descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição	68
Questões	70
Gabarito	84

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LÍNGUA INGLESA

Primeira Fase: Compreensão de textos escritos em língua inglesa	1
Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos	2
Segunda Fase: Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias	57
Versão de um texto em língua portuguesa para a língua inglesa, em que serão avaliados a fidelidade ao texto-fonte, o respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte e a correção morfosintática e lexical	59
Questões	60
Gabarito	66

HISTÓRIA MUNDIAL

Estruturas e ideias econômicas; Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX; Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780); Principais ideias econômicas: da Fisiocracia ao Liberalismo; Marxismo; As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o New Deal; A prosperidade no segundo pós-guerra; Estado de bem-estar social (Welfare State) e sua crise; O Pós-Fordismo e a acumulação flexível	1
Revoluções; A Revolução Francesa e as revoluções burguesas; Processos de independência na América; Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas; Anarquismo; Socialismo; Revoluções no século XX: Rússia e China; Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba	6
As relações internacionais; Modelos e interpretações; O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918); As rivalidades coloniais; Causas da Primeira Guerra Mundial; Os 14 pontos de Wilson; A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939); A Liga das Nações; As causas da Segunda Guerra Mundial; As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente; Bretton Woods; O Plano Marshall; A Organização das Nações Unidas; A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon); Os conflitos localizados; A “détente”; A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush); A crise e a desagregação do bloco soviético ..	12
Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação; O fim do colonialismo do Antigo Regime; A nova expansão europeia; Os debates acerca da natureza do Imperialismo; A partilha da África e da Ásia; O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão; A descolonização; A Conferência de Bandung; O Não Alinhamento; O conceito de Terceiro Mundo	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



A evolução política e econômica nas Américas; A expansão territorial nos EUA; A Guerra de Secessão; A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina; militarismo e caudilhismo; A doutrina Monroe e sua aplicação; a política externa dos EUA na América Latina; O Pan-Americanismo; A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro; As experiências de integração nas Américas	24
Ideias e regimes políticos; Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo; A construção dos Estados nacionais: os casos da Alemanha e da Itália; Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo; Ditaduras e regimes fascistas; O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo; O liberalismo no século XX	30
A vida cultural; O movimento romântico; A cultura do imperialismo; As vanguardas europeias; O modernismo; A pós-modernidade	33
As relações internacionais no século XXI frente aos novos paradigmas digitais, as redes sociais e as modernas ferramentas tecnológicas de comunicação	37
Questões	40
Gabarito	44

POLÍTICA INTERNACIONAL

Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos	1
A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação	3
O Brasil e a América do Sul. Integração na América do Sul. O MERCOSUL: origens do processo de integração no Cone Sul. Objetivos, características e estágio atual de integração. As iniciativas de integração física, energética, política, econômica e de defesa na América do Sul	5
Argentina: política externa e relações com o Brasil	6
Relações do Brasil com os demais países do hemisfério	8
Estados Unidos da América: política externa e relações com o Brasil	10
União Europeia: origens, evolução histórica, estrutura e funcionamento, situação atual, política externa e relações com o Brasil	11
Rússia: política externa e relações com o Brasil	13
África: política externa e relações com o Brasil	15
O Brasil e a Ásia. China, Índia e Japão: políticas externas e relações com o Brasil	16
O Brasil e o Oriente Médio. A questão israelo-palestina. Síria, Iraque, Irã e outras situações nacionais relevantes	18
A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



O Brasil e a agenda internacional: O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as conferências internacionais; os órgãos multilaterais. Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Pobreza, insegurança alimentar e fome. Ações de combate à fome. Meio ambiente. Mar, espaço e Antártida. Direitos humanos e políticas de identidade: gênero, raça e religião como vetores da política mundial. Migrações internacionais, migrantes, refugiados e apátridas. Comércio internacional, Organização Mundial do Comércio (OMC) e cadeias globais de suprimento. Sistema financeiro internacional. Desarmamento e não proliferação. Crimes de guerra e crimes contra a humanidade: genocídio, holocausto e o Tribunal Penal Internacional. Terrorismo. Narcotráfico, crime transnacional e crimes cibernéticos de alcance global. Reforma das Nações Unidas. Operações de paz das Nações Unidas	21
O Brasil e o sistema interamericano. A Organização dos Estados Americanos	24
O Brasil e a formação dos blocos econômicos, a negociação de acordos comerciais e a promoção comercial	26
A dimensão da segurança na política exterior do Brasil	27
O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRICS.....	29
O Brasil e a cooperação Sul-Sul	31
Cooperação e a diplomacia da saúde	32
Questões	34
Gabarito.....	37

ECONOMIA

Microeconomia. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda	1
Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta	2
Tipos de Mercados e de bens. Concorrência perfeita, monopólio e oligopólio. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. Tipos de bens. Bens públicos. Bens rivais. Recursos comuns e Bens comuns. Externalidades.....	4
Macroeconomia. Contabilidade Nacional. Os conceitos de renda e produto. Teorias clássica e keynesiana de determinação da renda. Oferta e demanda agregadas. Agregados macroeconômicos: identidades básicas das contas nacionais.....	6
Contas externas. Os conceitos de déficit e superávit nas contas externas. Balanço de pagamentos: a conta de transações correntes, a conta de capital e financeira. Indicadores de Liquidez Externa. Indicadores de Solvência Externa	8
Economia do Setor Público e Política Fiscal. Gastos e receitas do governo. Política orçamentária e equilíbrio orçamentário. Conceitos de superávit e déficit público. Abordagem Ricardiana da Dívida Pública. Endividamento e responsabilidade fiscal. Papel do Governo. Objetivos e instrumentos de política fiscal. Efeitos fiscais sobre a política monetária. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo	10

SUMÁRIO

SUMÁRIO



O modelo IS-LM-BP	12
Teoria e Política monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Tipos de Inflação. Moeda e preços no longo prazo. Teoria Quantitativa da Moeda	13
Política Monetária. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Inflação e Taxa de Juros. Política Monetária Não Convencional. Conceitos Básicos da Regulação e Supervisão do Sistema bancário, financeiro e do Mercado de Capitais	16
Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Teorias de Crescimento Econômico. O papel da inovação no crescimento econômico: os modelos Solow e Schumpeteriano .	18
Emprego e renda. conceito de Desemprego. Tipos de Desemprego. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Lei de Okun	20
Economia internacional. Teorias de Comércio. Teorias clássicas, Neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional. O comércio intrafirma e intra-setorial. O papel das economias de escala e da concorrência imperfeita para o comércio internacional. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca	22
Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens, capitais e serviços. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. Determinantes da Política Cambial. A relação poupança externa-crescimento econômico. A relação câmbio-juros-inflação	24
Efeitos de tarifas, quotas, subsídios e outros instrumentos de política comercial	26
História econômica brasileira. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira	28
Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café	29
A Industrialização Brasileira no Período 1930-1945. O Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) Falhas e Críticas ao Modelo de ISI	38
A década de 1950. O Plano SALTE. O Plano de Metas. O pós-guerra e a Nova Fase de Industrialização	40
O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A Importância das reformas do PAEG para a retomada do crescimento em 1968	42
A retomada do crescimento 1968-1973. Causas do "Milagre Econômico". O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)	44
Desaceleração econômica e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)	46
A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil	48
Economia Brasileira nos anos noventa. Abertura (comercial e financeira) parcial da economia brasileira. O Plano Real	51

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Bancos digitais, meios de pagamento e os desafios da transição do “dinheiro de plástico” para o “dinheiro digital” na economia do século XXI.	57
Questões	59
Gabarito	63

DIREITO

Normas jurídicas.....	1
Personalidade jurídica	6
Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade	18
Estado: elementos, soberania, formas, modelos de divisão de competência com entes subnacionais, sistemas de governo.....	21
Estado democrático de direito: Conceito e objetivos; Divisão de poderes.....	24
Organização e competências dos poderes no Direito Brasileiro; Processo legislativo brasileiro	26
Direitos e garantias fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro	72
Administração Pública no Brasil: Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos	90
Estrutura da Administração Pública Federal	100
Atos administrativos	114
Processo e procedimento administrativo.....	133
Licitações e contratos administrativos.....	140
Responsabilidade civil do Estado.....	188
Direitos, deveres e responsabilidades do servidor público	195
Improbidade administrativa	199
Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar	211
Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro (Lei nº 11.440/2006)....	221
Finanças públicas; Normas orçamentárias	233
Direito Internacional: Desenvolvimento; Direito internacional Público (DIP) e o Direito Interno; Constituição e Direito Internacional; Estados federados e entes federados; Princípios que regem o Brasil nas relações internacionais (art. 4º CF/1988); DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	245
Estado: Surgimento e extinção de Estados; Sucessão de Estados; Direitos e Deveres; Soberania; Reconhecimento de Estado e Governo.....	248
Território: Formação do território brasileiro.....	253

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Povo: Nacionalidade; Formas de aquisição, perda e reaquisição; Proteção a brasileiros no exterior; Direitos e deveres de nacionais no exterior; Dupla e/ou múltipla nacionalidade; Situação jurídica do estrangeiro; Extradicação; Apatridia e polipatria; Asilo	257
Jurisdição: Relações diplomáticas e consulares; Imunidades; Responsabilidade internacional do Estado; Proteção diplomática	260
Sujeitos especiais do Direito Internacional.....	264
Fontes do DIP: Tratados internacionais; Costume Internacional; Princípios Gerais; Jurisprudência e Doutrina; Atos Unilaterais; Atos de Organizações Internacionais; Analogia e Equidade; Normas imperativas (jus cogens); Obrigações erga omnes; Soft Law; Acordos executivos; Conflito entre fontes; Incorporação de fontes extraconvencionais ao Direito brasileiro.....	286
Solução pacífica de controvérsias: Prática diplomática brasileira; Bons ofícios; Mediação; Investigação ou inquérito; Conciliação; Meios jurisdicionais; Arbitragem; Meios judiciais; Corte Internacional de Justiça; Outros tribunais internacionais	290
Organizações internacionais: Incorporação ao direito brasileiro dos atos de organizações internacionais; Organização das Nações Unidas; Agências da Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos; Carta Democrática Interamericana; Outras organizações internacionais regionais; Direito comparado.....	294
Direito da Integração Regional: MERCOSUL; Relação com o Direito brasileiro; Órgão de Solução de Controvérsias; Jurisprudência	297
Uso da força: Prática diplomática brasileira; Segurança coletiva; Uso da força e direitos humanos. Operações de manutenção da paz; Desarmamento e Não Proliferação; Controle de armas; Terrorismo.....	300
Direito internacional dos direitos humanos: Exigibilidade; Tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil; Incorporação no direito brasileiro; Sistemas convencionais de petições; Conselho de Direitos Humanos; Órgãos de tratados; Sistema Interamericano de Direitos Humanos	303
Conflitos armados e o direito internacional: Direito Internacional Humanitário; Direito Internacional dos Refugiados; O instituto do refúgio no direito brasileiro	306
Direito penal internacional: Tribunais internacionais penais; Tribunal Penal Internacional.....	309
Direito do comércio internacional: Organização Mundial do Comércio; Acordos; Órgão de Solução de Controvérsias; Jurisprudência	312
Direito Internacional do Meio Ambiente: Direito Internacional do Mar; Tribunal Internacional do Direito do Mar	316
Direito internacional do trabalho: OIT; Convenções, recomendações e supervisão normativa.....	319
Áreas além dos limites da jurisdição exclusiva dos Estados.....	324
Cooperação Jurídica internacional: Matéria penal e cível; Regimes vigentes no direito brasileiro	329
Questões	338

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Gabarito.....	342
---------------	-----

HISTÓRIA DO BRASIL

O período colonial; A configuração territorial da América Portuguesa; As dimensões econômicas e sociais da América Portuguesa; O processo de independência; Movimentos emancipacionistas; A situação política e econômica europeia; O Brasil sede do Estado monárquico português; O Constitucionalismo português e a independência do Brasil; A influência das ideias liberais e sua repercussão no Brasil..	1
O Primeiro Reinado (1822-1831); A Constituição de 1824; Quadro político interno; Política exterior do Primeiro Reinado; A Regência (1831-1840); Centralização versus descentralização: reformas institucionais; O Ato Adicional de 1834 e revoltas provinciais; A dimensão externa; O Segundo Reinado (1840-1889); O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial; Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; questões com o Reino Unido; a Guerra do Paraguai; A questão da escravidão; Crise do Estado Monárquico; Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária; Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências.....	12
A Primeira República (1889-1930); A proclamação da República e os governos militares; A Constituição de 1891; O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais; A economia agroexportadora; A política externa: a obra de Rio Branco; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações; Sociedade e cultura: o Modernismo; A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas; A Revolução de 1930	20
A Era Vargas (1930-1945); O processo político e o quadro econômico financeiro; A Constituição de 1934; A Constituição de 1937: o Estado Novo; O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial; Industrialização e legislação trabalhista; Sociedade e cultura; A República Liberal (1945-1964); A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946; Industrialização e urbanização	28
Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a Operação Pan-Americana; a “política externa independente”; o Brasil na ONU; o Brasil no Rio da Prata; o Brasil e a suspensão de Cuba na OEA; Sociedade e cultura	35
O Regime Militar (1964-1985); A Constituição de 1967 e as modificações de 1969; A economia; Política externa: relações com os EUA; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU; Sociedade e cultura; O processo de transição política	39

SUMÁRIO

SUMÁRIO



O processo democrático a partir de 1985; A Constituição de 1988; Partidos políticos e eleições; Transformações econômicas; Impactos da globalização; Mudanças sociais; Manifestações culturais; Evolução da política externa; MERCOSUL; O Brasil na ONU	45
Os impactos tecnológicos e digitais nas transformações políticas e sociais do Brasil no século XXI	51
Questões	58
Gabarito	64

GEOGRAFIA

História da Geografia; Expansão colonial e pensamento geográfico; A Geografia moderna e a questão nacional na Europa; As principais correntes teóricas da Geografia	1
A Geografia da população; Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo; Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais; Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações	5
Geografia econômica; Globalização e divisão internacional do trabalho; Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais; Energia, logística e reordenamento territorial pós-fordista; Disparidades regionais e planejamento no Brasil	12
Geografia Agrária; Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais; Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo; Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro	26
Geografia Urbana; Processo de urbanização e formação de redes de cidades; Conurbação, metropolização e cidades-mundiais; Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras; O papel das cidades médias na modernização do Brasil	31
Geografia política; Teorias geopolíticas e poder mundial; Temas clássicos da geografia política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço; Relações Estado e território	36
Geografia e gestão ambiental; O meio ambiente nas relações internacionais: questões conceituais e institucionais; Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas; Política e gestão ambiental no Brasil	38
Questões	54
Gabarito	59

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LÍNGUA ESPANHOLA

Elaboração de resumo, em espanhol, a partir de texto escrito em língua espanhola, em que serão avaliadas a capacidade de síntese e de reelaboração em um registro culto; Versão de um texto em língua portuguesa para a língua espanhola, em que serão avaliados a fidelidade ao texto-fonte, o respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte e a correção morfofossintática e lexical

1

Questões

8

Gabarito

16

LÍNGUA FRANCESA

Elaboração de resumo, em francês, a partir de texto escrito em língua francesa, em que serão avaliadas a capacidade de síntese e de reelaboração em um registro culto; Versão de um texto em língua portuguesa para a língua francesa, em que serão avaliados a fidelidade ao texto-fonte, o respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte e a correção morfofossintática e lexical

1

Questões

4

Gabarito

8

SUMÁRIO



NÍVEIS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

O estudo da língua pode ser dividido em diferentes níveis de análise, cada um responsável por investigar aspectos específicos do sistema linguístico. Esses níveis permitem compreender desde os sons da fala até a construção de sentidos mais complexos em contextos sociais e culturais.

Essa organização facilita a análise, a interpretação e a produção textual, sendo frequentemente exigida em provas de concursos públicos. A seguir, são apresentados os principais níveis de análise linguística: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

► Nível Fonético-Fonológico

Este nível trata dos sons da fala e da sua organização no sistema da língua. A fonética estuda os sons da fala humana do ponto de vista físico e articulatório, enquanto a fonologia se ocupa do sistema sonoro da língua, isto é, dos sons que têm valor distintivo.

▪ **Exemplo prático:** em português, os fonemas /p/ e /b/ distinguem palavras como pato e bato. Apesar de fisicamente semelhantes, esses sons têm funções diferentes na língua, e é isso que a fonologia investiga.

Questões comuns de concurso: identificação de dígrafos, encontros consonantais, classificação das palavras quanto à acentuação, identificação de fonemas e letras.

► Nível Morfológico

A morfologia estuda a estrutura interna das palavras. Analisa os morfemas (unidades mínimas de significado), a formação de palavras e as classes gramaticais.

▪ **Exemplo prático:** a palavra infelizmente é formada por três morfemas: o prefixo in- (negação), o radical feliz e o sufixo -mente (formador de advérbio).

Questões frequentes: reconhecimento de classes gramaticais (substantivo, verbo, adjetivo, etc.), flexões de gênero, número, grau, tempo e modo verbal, processos de derivação e composição.

► Nível Sintático

A sintaxe estuda a relação entre as palavras em uma oração e entre as orações em um período. É o nível que se ocupa da estrutura frasal e da organização dos elementos linguísticos segundo regras gramaticais.

▪ **Exemplo prático:** na frase “O aluno leu o livro”, a função sintática de o aluno é sujeito, enquanto o livro é objeto direto.

Temas cobrados: análise sintática de termos da oração (sujeito, predicado, complementos), período simples e composto, tipos de oração, concordância verbal e nominal, regência, colocação pronominal.

► Nível Semântico

A semântica trata do significado das palavras, expressões e enunciados. Estuda como o sentido é construído a partir das relações linguísticas.

▪ **Exemplo prático:** as palavras casa e lar podem ter significados próximos, mas evocam conotações diferentes. Casa remete a um espaço físico, enquanto lar sugere afetividade.



Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

- **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.
- **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.
- **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.
- **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.
- **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipo de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.
- **Informação não-verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não-verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.
- **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.
- **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.
- **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.



DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO CAPITALISMO ORGANIZADO (SÉCULOS XVIII A XX)

► Contexto Histórico da Revolução Industrial

A Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, e representou uma transformação profunda nas estruturas econômicas até então existentes. Antes desse processo, a produção era predominantemente agrária e artesanal, baseada no trabalho manual e organizada em pequena escala. A manufatura ocorria, em grande parte, no ambiente doméstico ou em oficinas, com baixa produtividade e limitada capacidade de expansão.

A introdução de inovações tecnológicas alterou esse cenário de forma decisiva. A máquina a vapor, os avanços na indústria têxtil, o desenvolvimento da metalurgia e o uso intensivo do carvão mineral permitiram a mecanização da produção. A energia deixou de depender exclusivamente da força humana, animal ou hidráulica, ampliando a capacidade produtiva e tornando possível a produção contínua em larga escala.

Com isso, consolidou-se o sistema fabril, no qual trabalhadores assalariados operavam máquinas sob uma rígida divisão técnica do trabalho. A produção passou a ocorrer em ambientes concentrados, sob controle do proprietário dos meios de produção. Esse processo também impulsionou a urbanização, promovendo o crescimento das cidades industriais e a reorganização das relações sociais e econômicas.

A Revolução Industrial não foi apenas um conjunto de inovações técnicas, mas um marco estrutural que inaugurou uma nova forma de organização da economia, fundamentada na expansão contínua da produção e na integração progressiva dos mercados.

► Características Gerais do Capitalismo Industrial

O capitalismo industrial consolidou-se como o sistema econômico dominante a partir da Revolução Industrial. Sua base estrutural está na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho assalariado e na produção voltada para o mercado.

Os meios de produção — como fábricas, máquinas, terras e matérias-primas — pertencem a indivíduos ou empresas privadas. Os trabalhadores, por sua vez, não são proprietários desses meios, vendendo sua força de trabalho em troca de salário. A produção deixa de ser orientada para o consumo direto e passa a ter como finalidade principal a comercialização, visando à obtenção de lucro.

A lógica central do capitalismo pode ser compreendida por meio do ciclo da acumulação: o capital é investido na produção, transforma-se em mercadorias, é vendido no mercado e retorna ampliado sob a forma de lucro. Parte desse lucro é reinvestida, permitindo a expansão contínua da atividade econômica. Esse movimento caracteriza o processo de acumulação de capital, elemento central da dinâmica capitalista.

Outro aspecto essencial é a concorrência entre produtores. A disputa por mercados estimula a inovação tecnológica, a busca por maior eficiência e a redução de custos. Ao mesmo tempo, essa concorrência tende a favorecer empresas mais eficientes, promovendo transformações na estrutura produtiva ao longo do tempo.



CONCEITO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais (RI) constituem o campo de estudo que analisa as interações entre os diversos atores que atuam no cenário global. Tradicionalmente, esse campo surgiu com foco nas relações entre Estados soberanos, especialmente após a consolidação do sistema internacional moderno com a Paz de Westfália (1648), que marcou o reconhecimento da soberania estatal como princípio fundamental da ordem internacional.

Contudo, as RI não se limitam às relações diplomáticas ou aos conflitos armados. Elas envolvem comércio internacional, direitos humanos, meio ambiente, cooperação técnica, segurança coletiva, migrações, tecnologia e cultura. Trata-se, portanto, de um campo multidisciplinar que dialoga com o Direito, a Economia, a Ciência Política, a História e a Sociologia.

Para concursos públicos, é essencial compreender que Relações Internacionais podem ser entendidas sob duas perspectivas: como prática (política externa, diplomacia, negociações internacionais) e como teoria (correntes que explicam o funcionamento do sistema internacional).

SOCIEDADE INTERNACIONAL X SISTEMA INTERNACIONAL

O sistema internacional refere-se ao conjunto de Estados que interagem entre si, influenciando-se mutuamente, independentemente da existência de valores ou regras compartilhadas. Já a sociedade internacional pressupõe não apenas interação, mas também a existência de normas, instituições e princípios comuns, como soberania, direito internacional e diplomacia.

Em termos práticos:

- Sistema internacional = interação.
- Sociedade internacional = interação + normas e valores compartilhados.

POLÍTICA INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

A política internacional diz respeito às dinâmicas globais de poder, cooperação e conflito. Já a política externa corresponde às estratégias adotadas por um Estado para se posicionar no sistema internacional.

Por exemplo, a política internacional envolve a disputa entre grandes potências. A política externa brasileira, por sua vez, é a forma como o Brasil atua diante dessas disputas.

ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Estado como ator central

Apesar do surgimento de novos atores, o Estado continua sendo o principal sujeito das Relações Internacionais. Ele possui território definido, população permanente, governo e soberania — elementos clássicos previstos na Convenção de Montevideu (1933).

No paradigma realista, o Estado é considerado o ator racional que busca maximizar poder e segurança.

► Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais (OIs) são entidades criadas por Estados para promover cooperação em áreas específicas. Exemplos:

- ONU (segurança e cooperação global)



INTRODUÇÃO À TEORIA DO CONSUMIDOR

A Teoria do Consumidor é um dos pilares da Microeconomia e aparece com frequência em concursos públicos, especialmente quando o edital exige conhecimentos de formação de preços, comportamento de mercado e análise de políticas econômicas. O ponto de partida dessa teoria é um problema fundamental: a escassez. O consumidor possui desejos ilimitados, mas sua renda é limitada. Diante dessa restrição, ele precisa escolher como alocar seus recursos entre diferentes bens e serviços.

A análise parte da hipótese de racionalidade. Isso significa que o consumidor escolhe a combinação de bens que lhe proporciona o maior nível possível de satisfação dentro de suas limitações orçamentárias. Essa satisfação é representada pelo conceito de utilidade. Importante destacar que, na teoria moderna, não se mede utilidade em termos absolutos; o que importa é a ordenação das preferências, ou seja, qual cesta de bens é preferida em relação a outra.

É essencial compreender que a teoria do consumidor busca responder à seguinte pergunta: dado o preço dos bens e a renda disponível, qual combinação de bens o consumidor escolhe? A partir dessa resposta é possível derivar a curva de demanda individual e entender como ela reage a variações de preço e renda.

Essa estrutura teórica serve como base para compreender fenômenos como inflação, tributação, subsídios e comportamento do mercado. Portanto, dominar esse conteúdo é estratégico tanto para provas objetivas quanto discursivas.

PREFERÊNCIAS DO CONSUMIDOR

As preferências representam o gosto do consumidor. Elas indicam como ele compara diferentes cestas de bens. A teoria assume quatro propriedades fundamentais das preferências: completude, transitividade, não saciedade e convexidade.

A completude significa que o consumidor consegue comparar quaisquer duas cestas. A transitividade garante coerência nas escolhas. Se ele prefere A a B e B a C, então deve preferir A a C. A não saciedade indica que, em geral, mais é melhor do que menos. Já a convexidade reflete a preferência por combinações equilibradas de bens, em vez de extremos.

Essas preferências são representadas pelas curvas de indiferença. Cada curva reúne combinações de bens que proporcionam o mesmo nível de satisfação ao consumidor. Quanto mais distante da origem estiver a curva, maior o nível de utilidade.

Um conceito central aqui é a Taxa Marginal de Substituição (TMS), que indica quanto o consumidor está disposto a abrir mão de um bem para obter uma unidade adicional de outro, mantendo o mesmo nível de satisfação. A TMS corresponde à inclinação da curva de indiferença e reflete a disposição subjetiva de troca entre bens.

Restrição Orçamentária e Equilíbrio do Consumidor

A restrição orçamentária representa o limite imposto pela renda do consumidor e pelos preços dos bens. Sua equação básica é dada por: renda igual ao preço do bem X vezes a quantidade de X, mais o preço do bem Y vezes a quantidade de Y. Essa relação define todas as combinações possíveis que o consumidor pode adquirir.

A inclinação da reta orçamentária é determinada pela razão entre os preços dos bens. Quando há alteração na renda, a reta se desloca paralelamente. Quando há alteração no preço de um dos bens, ocorre uma mudança na inclinação.



INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS E SEUS EFEITOS

A interpretação das normas jurídicas é um dos aspectos mais importantes do Direito, uma vez que a aplicação correta das leis depende de sua adequada compreensão. Interpretar uma norma jurídica é buscar o seu real sentido e alcance, esclarecendo seu significado para garantir sua aplicação de maneira justa e eficaz.

No entanto, as leis são redigidas de forma geral e abstrata, o que frequentemente exige um esforço interpretativo para adaptá-las a situações concretas. Além disso, a interpretação é essencial para solucionar ambiguidades e conflitos normativos.

Os efeitos da interpretação das normas jurídicas são vastos e fundamentais, pois influenciam diretamente a aplicação das leis no caso concreto, determinando a forma como os direitos e deveres serão exercidos e garantidos. Uma interpretação equivocada pode levar a injustiças, insegurança jurídica ou contradições dentro do sistema normativo. Neste contexto, é essencial conhecer os métodos e princípios de interpretação, bem como os efeitos que essa atividade produz no ordenamento jurídico.

► Objetivo da Interpretação das Normas Jurídicas

O objetivo primordial da interpretação jurídica é determinar o sentido da norma para sua correta aplicação. O intérprete (seja ele um juiz, um advogado, um legislador ou qualquer outro operador do Direito) busca compreender o que a norma realmente expressa, tendo em vista não apenas o seu texto, mas também o contexto social, econômico, político e jurídico em que foi criada.

Ao interpretar uma norma, é necessário esclarecer:

- O significado exato das palavras usadas no texto legal.
- A intenção do legislador ao criar a norma.
- A finalidade da norma, ou seja, o objetivo que ela visa alcançar.

A interpretação visa, portanto, garantir que a norma seja aplicada da forma mais justa e conforme o sistema jurídico como um todo, preservando a coerência e a harmonia entre as diversas regras e princípios do ordenamento.

► Métodos de Interpretação

A doutrina jurídica tradicionalmente divide a interpretação das normas em quatro principais métodos, cada um focado em um aspecto diferente do texto legal. Esses métodos são utilizados de forma complementar, proporcionando uma visão ampla e detalhada do conteúdo normativo:

a) Interpretação Gramatical ou Literal

A interpretação gramatical ou literal é o ponto de partida para qualquer processo interpretativo. Nela, o intérprete busca o significado das palavras contidas no texto da norma, analisando sua estrutura gramatical e seus termos, de acordo com seu uso comum na língua.

Esse método é essencial, pois o texto legal deve ser lido tal como foi promulgado. No entanto, ele tem limitações, já que a literalidade nem sempre consegue capturar a intenção completa do legislador, especialmente em normas que tratam de temas complexos ou amplamente genéricos.



História do Brasil

O período colonial é a primeira grande etapa da história do Brasil, e se estende de 1500, com a chegada dos portugueses ao território que viria a se chamar Brasil, até 1822, ano em que foi proclamada a Independência. Durante mais de três séculos, o Brasil esteve sob domínio de Portugal, funcionando como uma colônia cuja principal função era atender aos interesses econômicos da metrópole portuguesa. Nesse contexto, o território foi explorado principalmente por meio da extração de recursos naturais e da implantação de atividades agrícolas voltadas para exportação.

Logo nos primeiros anos, o pau-brasil foi o produto mais explorado, mas com o tempo, a cana-de-açúcar e, mais tarde, o ouro se tornaram os principais motores da economia colonial. A estrutura econômica da colônia foi baseada no chamado sistema colonial, caracterizado por uma forte dependência da metrópole, monopólio comercial e exploração da mão de obra. Para manter esse sistema, Portugal impôs diversas medidas que impediam o desenvolvimento de uma economia independente no Brasil, como a proibição de manufaturas e a exigência de que o comércio fosse feito exclusivamente com a metrópole. Esse modelo ficou conhecido como Pacto Colonial.

A organização social no período colonial era marcada por uma forte desigualdade. No topo estavam os grandes proprietários de terra e os altos funcionários da administração portuguesa. Na base, estavam os trabalhadores escravizados indígenas, inicialmente, e depois, em sua maioria, africanos que foram trazidos à força para trabalhar nas plantações e na mineração. A escravidão foi um dos pilares da economia colonial e teve efeitos profundos na formação da sociedade brasileira, deixando marcas sociais e culturais que perduram até hoje. Politicamente, a colônia era administrada por representantes da Coroa portuguesa, como governadores-gerais, câmaras municipais e, mais tarde, vice-reis.

As decisões importantes vinham de Lisboa, e a população local tinha pouca ou nenhuma participação no processo político. Ainda assim, ao longo dos séculos, começaram a surgir manifestações de descontentamento com esse modelo de dominação. Rebeliões e movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) expressaram o desejo de maior autonomia e liberdade, ainda que tenham sido reprimidos. Além disso, o contato entre europeus, indígenas e africanos resultou em uma grande diversidade cultural, linguística e religiosa.

Essa mistura de povos e tradições formou as bases da cultura brasileira, embora marcada por profundas desigualdades e processos de exclusão. Em resumo, o período colonial foi uma fase de formação do Brasil enquanto território, sociedade e cultura, mas também um tempo de exploração, autoritarismo e desigualdade. Entender esse período é essencial para compreender muitos aspectos da realidade brasileira atual, como a concentração de terras, a herança escravocrata, o autoritarismo político e os desafios sociais que ainda enfrentamos.

► Expansão marítima europeia e ocupação do território americano

A expansão marítima europeia ocorreu entre os séculos XV e XVII, período em que algumas nações partiram para explorar os oceanos. Essas viagens marcaram o início da chamada Revolução das Navegações, a exploração do que se convencionou chamar de “Novo Mundo” e a interligação dos continentes.

As primeiras grandes navegações permitiram a superação das barreiras comerciais da Idade Média, o desenvolvimento da economia mercantil e o fortalecimento da burguesia. Esse período foi marcado pela consolidação do mercantilismo, sistema econômico que valorizava o acúmulo de metais preciosos e o controle rigoroso do comércio pelas metrópoles. As colônias seriam utilizadas para garantir o fornecimento de matérias-primas e o escoamento dos produtos manufaturados, configurando um ciclo fechado de dependência econômica.



Geografia

O pensamento geográfico tem raízes profundas na história da humanidade, emergindo como uma forma de compreender e interagir com o espaço. Desde as primeiras civilizações, povos antigos desenvolveram conhecimentos sobre seu entorno para atender necessidades práticas, como a agricultura, a navegação e a organização territorial. Embora essas observações não fossem sistemáticas, constituíram as bases para o que mais tarde se tornaria a ciência geográfica.

Na Antiguidade, civilizações como egípcios, mesopotâmicos, indianos e chineses acumularam conhecimentos sobre o ambiente natural, como rios, relevo e climas, registrando essas informações em mapas rudimentares e relatos. Contudo, foi na Grécia Antiga que a geografia adquiriu um caráter mais sistemático. Filósofos e estudiosos gregos buscaram organizar o conhecimento sobre o mundo de forma racional, relacionando as características físicas do espaço com as atividades humanas.

Eratóstenes, no século III a.C., é considerado o “pai da geografia”. Ele cunhou o termo “geografia”, que significa “descrição da Terra”, e realizou medições impressionantes para sua época, como a estimativa da circunferência da Terra. Outros pensadores, como Heródoto, usaram a geografia para contextualizar eventos históricos, enquanto Hiparco e Ptolomeu avançaram no uso da cartografia, estabelecendo sistemas de coordenadas para a representação do espaço.

Durante a Idade Média, o pensamento geográfico na Europa foi amplamente influenciado pela visão teocêntrica da Igreja Católica, que utilizava mapas simbólicos, como o mappa mundi, para representar o mundo sob uma perspectiva religiosa. No entanto, no mundo islâmico, houve avanços significativos na geografia, com estudiosos como Al-Idrisi e Ibn Battuta explorando e registrando informações detalhadas sobre diferentes regiões, contribuindo para a ampliação do conhecimento geográfico.

Com o início das Grandes Navegações nos séculos XV e XVI, a geografia ganhou renovado interesse. A exploração de novos territórios estimulou a produção de mapas mais precisos e relatos detalhados sobre paisagens e povos desconhecidos para os europeus. Essa expansão territorial marcou a transição da geografia descritiva para uma ciência voltada para a exploração e o domínio do espaço, consolidando sua importância na era moderna.

O pensamento geográfico em suas origens foi, portanto, uma resposta às necessidades humanas de adaptação e controle do espaço. Ele evoluiu gradualmente, desde observações práticas até análises sistemáticas, formando os alicerces para os avanços que marcariam a geografia nos séculos posteriores.

A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA E O DETERMINISMO GEOGRÁFICO

A consolidação da geografia como disciplina científica ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, acompanhando os avanços do pensamento moderno e das transformações trazidas pela Revolução Industrial. Nesse período, a geografia foi estruturada como uma ciência com métodos próprios, voltada para a análise e descrição sistemática do espaço terrestre. Esse processo foi impulsionado por estudiosos que buscavam compreender as relações entre o ambiente natural e as sociedades humanas, lançando as bases para o que se tornaria a geografia moderna.

No final do século XIX, o determinismo geográfico emergiu como uma das principais correntes de pensamento. Essa abordagem, liderada por Friedrich Ratzel, defendia que o ambiente natural era o principal fator determinante das características sociais, culturais e econômicas de uma sociedade. Segundo o determinismo, fatores como clima, relevo e recursos naturais influenciavam diretamente o desenvolvimento das civilizações, limitando ou potencializando suas capacidades.



GRAMÁTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA

Na língua espanhola, as conjugações em cada tempo verbal podem ser razoavelmente difíceis pois são únicas e muitas, semelhantes ao português em nível de complexidade. Há, no entanto, algumas regras relevantes para seu uso que podem ser úteis para guiar interpretação de texto no idioma.

PRESENTE DO INDICATIVO

No presente do indicativo, podemos expressar ordens e instruções, ações do cotidiano, ações realizadas com frequência, futuro próximo, situações presentes do momento em que se fala. Observe alguns exemplos:

- *Siempre escuchamos el periódico en la radio.* (Sempre escutamos as notícias no rádio)
- *Ella estudia mucho todos los días.* (Ela estuda muito todos os dias)
- *Estoy muy cansada hoy.* (Estou muito cansado hoje)
- *Manaña te llamo para hablar del problema.* (Amanhã ligo para falar do problema)

A fim de conjugar os verbos regulares no presente do indicativo, é necessário manter o radical do verbo e trocar as terminações do infinitivo *-ar*, *-er* e *-ir*, como no português. Confira a seguir uma tabela de conjugação que pode auxiliá-lo a entender como cada verbo ficaria de acordo com o sujeito em questão:

Pronome	-ar	-er	-ir
Yo	o	o	o
Tú	as	es	es
Él/ella/usted	a	e	e
Nosotros	amo	emos	imos
Vosotros	áis	éis	ís
Ellos/ellas/ustedes	an	en	en

De acordo com a tabela acima, um verbo como o verbo “comer” seria conjugado da seguinte maneira:

Yo	Como
Tú	Comes
Él/ella/usted	Comen
Nosotros	Comemos
Vosotros	Coméis
Ellos/ellas/ustedes	Comen

A regra é simples e eficaz e funciona com quase todos os verbos, exceto os verbos irregulares que existem no espanhol, cujas terminações não seguem a regra esperada. Para estudá-los, é necessário saber que algumas existem emelhanças entre alguns irregulares, mas nem sempre pode se tratar das semelhanças como regras. Portanto, faz-se necessário estudar com afinco os verbos e suas formas diferentes de conjugação; em alguns casos apenas um sujeito tem alteração em sua conjugação. Confira a seguir uma lista de alguns verbos irregulares conjugados presente do indicativo em espanhol.



LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS AUTÊNTICOS DA LÍNGUA FRANCESA, NA MODALIDADE CULTA CONTEMPORÂNEA

A leitura e interpretação de textos autênticos em francês contemporâneo é uma habilidade crucial para quem deseja aprofundar seu conhecimento na língua e cultura francesas. Isso envolve não apenas a compreensão lexical e gramatical, mas também a capacidade de entender nuances culturais e contextos sócio-históricos.

A modalidade culta contemporânea do francês reflete o uso atual da língua em contextos formais e literários. Ela se distingue pela riqueza lexical, estruturas gramaticais complexas e um estilo que frequentemente incorpora elementos da literatura e da arte francesa. Esta modalidade é essencial para entender as tendências atuais, debates culturais e perspectivas intelectuais na sociedade francesa.

A leitura de textos autênticos apresenta desafios únicos, como vocabulário especializado, estruturas sintáticas complexas e referências culturais específicas. Além disso, os textos podem incluir gírias, ironia e humor, que requerem um nível avançado de competência linguística e cultural.

Estratégias de Interpretação

Para interpretar efetivamente textos autênticos, é importante desenvolver estratégias de leitura, como:

- **Contextualização:** compreender o contexto sócio-histórico e cultural em que o texto foi escrito.
- **Análise lexical:** identificar e entender palavras-chave e seu uso específico no texto.
- **Reconhecimento de estruturas gramaticais:** familiarizar-se com as construções gramaticais complexas comuns em textos formais.
- **Inferência e interpretação:** desenvolver a habilidade de inferir significados e interpretar subtextos e nuances.

A Importância da Imersão Cultural

A imersão na cultura francesa é essencial para aprofundar a compreensão de textos autênticos. Isso inclui não apenas a leitura de materiais escritos, mas também a exposição a outras formas de arte e mídia, como filmes, música, e teatro, que enriquecem a compreensão cultural e contextual.

A leitura e interpretação de textos autênticos em francês contemporâneo é uma jornada enriquecedora que abre portas para um entendimento mais profundo da língua e cultura francesa. Com as estratégias adequadas e uma imersão cultural contínua, os aprendizes podem superar desafios e apreciar plenamente a riqueza e a complexidade da modalidade culta contemporânea do francês.

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS: PROCESSOS DE DERIVAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE VOCÁBULOS – ANTÔNIMOS, SINÔNIMOS E FALSOS COGNATOS

A língua francesa, conhecida por sua beleza e complexidade, é uma tapeçaria rica de palavras e expressões que refletem sua longa história e sua evolução cultural. A formação de palavras em francês, um processo tanto artístico quanto técnico, revela muito sobre a maneira como os falantes veem o mundo e se expressam nele.